



Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2021

OFÍCIO PRESI-117/2021

**Ao Senhor
Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior
Diretor-Presidente da
Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD**

Ref.: Consulta Pública sobre a norma de aplicação da LGPD para agentes de tratamento de pequeno porte

Prezado Senhor,

A Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg, entidade associativa que congrega as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de seguros, previdência privada e vida, saúde suplementar e capitalização, vem, apresentar às suas contribuições, na forma quadro anexo, com vistas a colaborar com a Consulta Pública sobre a aplicação da LGPD para microempresas e empresas de pequeno porte.

Nossas sugestões buscam o aperfeiçoamento técnico e agregar maior segurança jurídica a norma, em especial no que tange aos pontos que podem refletir na relação das empresas de grande porte com as empresas de pequeno porte.

Assim, a CNseg propõe alterar (i) o §2º do artigo 3º para sugerir que sejam estabelecidos critérios objetivos para definição do conceito de tratamento de dados em larga escala, com vistas a preservar a segurança jurídica dos regulados; e (ii) o art. 4º na minuta cuja redação atual prevê que caberá ao agente de tratamento de pequeno porte avaliar e, quando solicitado pela ANPD, comprovar o seu enquadramento como agente de pequeno porte, para incluir que outro agente de tratamento com o qual se relacione também poderá solicitar a referida comprovação.

Além disso, a CNseg sugere a supressão do §2º do artigo 6º, que facilita ao agente de tratamento de pequeno porte, quando solicitado pelo titular de dados, optar entre anonimizar, bloquear ou eliminar os dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD, tendo em vista que esta previsão poderá levar a interpretação de que o titular pode optar que o controlador elimine ou anonimize os dados no caso das empresas de grande porte, o que não nos parece adequado, considerando que em ambas as hipóteses atingem a mesma finalidade perante o titular.



Por fim, a CNseg sugere incluir menção expressa ao direito ao contraditório e à ampla defesa no parágrafo único do artigo 4º quando a ANPD alterar o enquadramento da empresa considerada de pequeno porte; e a necessidade de prazo razoável no parágrafo único do art. 19 para o cumprimento de obrigações dispensadas ou flexibilizadas com base nos termos da referida Resolução.

Atenciosamente,

Marcio Serôa de Araujo Coriolano
Presidente

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

MINUTA DE RESOLUÇÃO XXX DE 2021	SUGESTÕES	JUSTIFICATIVA
Regulamenta a aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para agentes de tratamento de pequeno porte.		
O CONSELHO DIRETOR DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD), com base nas competências previstas no art. 55-J, inciso XVIII, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, no art. 2º, inciso XVIII, do Anexo I do Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020, no art. 5º, inciso I do Regimento Interno da ANPD, tendo em vista a deliberação tomada em sua Reunião Deliberativa nº xxxx, realizada em xx de xxx de 2021 e pelo que consta no processo 00261.000054/2021-37, RESOLVE:		
TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS		
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES		
Art. 1º Esta resolução regulamenta a aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para agentes de tratamento de pequeno porte.		
CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES		

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

Art. 2º Para efeitos desta resolução são adotadas as seguintes definições:		
I - microempresas e empresas de pequeno porte: sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), incluído o microempreendedor individual, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que se enquadre nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;		
II – startups: organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados, que atendam aos critérios previstos no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021;		
III – pessoas jurídicas sem fins lucrativos: associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos;		
IV – agentes de tratamento de pequeno porte: microempresas, empresas de pequeno porte, startups e pessoas jurídicas sem fins lucrativos,		

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

que tratam dados pessoais, e pessoas naturais e entes despersonalizados que realizam tratamento de dados pessoais, assumindo obrigações típicas de controlador ou de operador;		
V – zonas acessíveis ao público: espaços abertos ao público, como praças, centros comerciais, vias públicas, estações de ônibus e de trem, aeroportos, portos, bibliotecas públicas, dentre outros.		
Parágrafo único. Para fins desta resolução, consideram-se, ainda, agentes de tratamento de pequeno porte, os que possuem receita bruta máxima estabelecida no art. 4º, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021.		
Art. 3º A dispensa e a flexibilização das obrigações previstas nesta resolução não são aplicáveis a agentes de tratamento de pequeno porte que realizem tratamento de alto risco e em larga escala para os titulares, ressalvada a hipótese prevista no art. 13, Parágrafo único		
§ 1º Para fins desta resolução, será considerado tratamento de alto risco para os titulares, entre outras hipóteses, o tratamento que envolva:		

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

I - dados sensíveis ou dados de grupos vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes e idosos;		
II – vigilância ou controle de zonas acessíveis ao público;		
III – uso de tecnologias emergentes, que possam ocasionar danos materiais ou morais aos titulares, tais como discriminação, violação do direito à imagem e à reputação, fraudes financeiras e roubo de identidade; ou		
IV – tratamento automatizado de dados pessoais que afetem os interesses dos titulares, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.		
§ 2º O tratamento de dados será caracterizado como de larga escala quando abrange número significativo de titulares, considerando-se, ainda, o volume de dados envolvidos, bem como a duração, a frequência e a extensão geográfica do tratamento realizado.		Sugere-se que seja definido o que se entende por tratamento de dados em larga escala a partir da indicação de critérios objetivos, com vistas a preservar a segurança jurídica dos regulados.
§ 3º Para fins deste artigo não será considerado tratamento de larga escala o tratamento de		

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

dados de funcionários ou para fins exclusivos de gestão administrativa do agente de tratamento de pequeno porte.		
§ 4º A ANPD disponibilizará guias e orientações que auxiliem os agentes de tratamento de pequeno porte a avaliar se realizam tratamento com alto risco e em larga escala		
Art. 4º Caberá ao agente de tratamento de pequeno porte avaliar e, quando solicitado pela ANPD, comprovar o seu enquadramento nas disposições do art. 2º e do art. 3º.	Art. 4º Caberá ao agente de tratamento de pequeno porte avaliar e, quando solicitado pela ANPD ou por outro agente de tratamento com o qual se relacione , comprovar o seu enquadramento nas disposições do art. 2º e do art. 3º.	Essa questão pode ter um impacto grande na relação contratual entre empresas. Isso porque, uma delas, que se entenda agente de pequeno porte, pode simplesmente alegar essa questão para se abster das obrigações da LGPD, sem que, de fato, esteja enquadrada na situação desta resolução. Por isso, a sugestão é de que a empresa comprove não apenas para a ANPD, mas também para outros agentes de tratamento com os quais se relaciona, a sua condição de agente de tratamento de pequeno porte.
Parágrafo único. A ANPD poderá alterar o enquadramento apresentado pelo agente de	Parágrafo único. A ANPD poderá alterar o enquadramento apresentado pelo agente de tratamento de pequeno porte em sua atividade	Necessidade de clarificar a observância do direito ao contraditório e à ampla defesa.

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

tratamento de pequeno porte em sua atividade fiscalizatória.	fiscalizatória, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.	
TÍTULO II DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELOS AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE		
CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS		
Art. 5º A dispensa ou flexibilização das obrigações dispostas nesta resolução não isenta, em qualquer caso, os agentes de tratamento de pequeno porte do cumprimento de outras disposições legais e regulamentares relativas à proteção de dados pessoais.		
CAPÍTULO II DAS OBRIGAÇÕES DO AGENTE DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE		
Seção I Das obrigações relacionadas aos direitos do titular		
Art. 6º Os agentes de tratamento de pequeno porte podem atender às requisições dos titulares de dados pessoais, descritas no art. 18 da LGPD, por meio eletrônico ou impresso.		
§1º Os agentes de tratamento de pequeno porte estão dispensados de conferir portabilidade dos dados do titular a outro fornecedor de serviço ou		

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

produto, nos termos do inciso V do art. 18 da LGPD.		
§2º É facultado ao agente de tratamento de pequeno porte, quando solicitado pelo titular de dados, optar entre anonimizar, bloquear ou eliminar os dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD, na forma do art. 18, inciso IV, da LGPD.	2º É facultado ao agente de tratamento de pequeno porte, quando solicitado pelo titular de dados, optar entre anonimizar, bloquear ou eliminar os dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD, na forma do art. 18, inciso IV, da LGPD.	Sugere-se suprimir, tendo em vista que a disposição fomenta a insegurança jurídica, pois ao mencionar essa questão pode levar a interpretação de que o titular pode optar que o controlador elimine ou anonimize os dados que estejam em tratamento por agente que <u>não seja de pequeno porte</u> , o que não nos parece adequado, já que a eliminação e a anonimização atingem a mesma finalidade, que é impedir, de modo definitivo, o tratamento dos dados (sejam porque eles não existem mais para o agente, seja porque deixam de ser dados pessoais).
Art. 7º Os agentes de tratamento de pequeno porte ficam dispensados de fornecer a declaração clara e completa de que trata o art. 19, inciso II, da LGPD.		
Art. 8º A disponibilização das informações sobre o tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 9º da LGPD, pode ocorrer por meio eletrônico ou por qualquer outra forma que assegure o		

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

acesso facilitado às informações pelo titular dos dados pessoais.		
Art. 9º Fica facultado aos agentes de tratamento de pequeno porte, inclusive àqueles que realizam tratamento de alto risco e em larga escala, fazerem-se representar por entidades de representação da atividade empresarial, por pessoas jurídicas ou por pessoas naturais para fins de negociação, mediação e conciliação de reclamações apresentadas por titulares de dados.		
Parágrafo único. A assessoria também poderá ser prestada por pessoas jurídicas sem fins lucrativos e pessoas naturais.		
Seção II Do Registro das Atividades de Tratamento		
Art. 10. Os agentes de tratamento de pequeno porte ficam dispensados da obrigação de manutenção de registros das operações de tratamento de dados pessoais constante do art. 37 da LGPD.		
Parágrafo único. A ANPD fornecerá modelos para o registro voluntário e simplificado das atividades de tratamento por agentes de tratamento de pequeno porte, e considerará a existência de tais registros para fins do disposto no art. 6º, inciso X e no art. 52, §1º, incisos VIII e IX da LGPD		

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

Seção III Do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais		
Art. 11. Os agentes de tratamento de pequeno porte podem apresentar o relatório de impacto à proteção de dados pessoais de forma simplificada quando for exigido, nos termos da resolução específica.		
Seção IV Das Comunicações dos Incidentes de Segurança		
Art. 12. A ANPD poderá dispor sobre dispensa, flexibilização ou procedimento simplificado de comunicação de incidente de segurança para agentes de tratamento de pequeno porte, nos termos da resolução específica.		
Seção V Do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais		
Art. 13. Os agentes de tratamento de pequeno porte não são obrigados a indicar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais exigido no art. 41 da LGPD.		
Parágrafo único. O agente de tratamento de pequeno porte que não indicar um encarregado deve disponibilizar um canal de comunicação com o titular de dados.		
Seção VI		

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

Da Segurança e das Boas Práticas		
Art. 14. Os agentes de tratamento de pequeno porte devem adotar medidas administrativas e técnicas essenciais e necessárias, com base em requisitos mínimos de segurança da informação para proteção dos dados pessoais, considerando, ainda, o nível de risco à privacidade dos titulares de dados e a realidade do agente de tratamento.		
Parágrafo único. A ANPD disponibilizará guia orientativo sobre segurança da informação para agentes de tratamento de pequeno porte.		
Art. 15. Os agentes de tratamento de pequeno porte podem estabelecer política simplificada de segurança da informação, que contemple requisitos essenciais para o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de protegê-los de acessos não autorizados e de situações accidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.		
§1º A política simplificada de segurança da informação deve levar em consideração os custos de implementação, bem como a estrutura, a escala e o volume das operações do agente de tratamento de pequeno porte, bem como a		

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

sensibilidade e a criticidade dos dados tratados diante dos direitos e liberdades do titular.		
§2º A ANPD considerará a existência das políticas simplificadas de segurança da informação para fins do disposto no art. 6º, inciso X e no art. 52, §1º, incisos VIII e IX da LGPD.		
TÍTULO IV DOS PRAZOS DIFERENCIADOS		
Art. 16. Aos agentes de tratamento de pequeno porte será concedido prazo em dobro:		
I - no atendimento das solicitações dos titulares referentes ao tratamento de seus dados pessoais, conforme previsto no art. 18, parágrafos 3º e 5º, nos termos da resolução específica;		
II – na comunicação à ANPD e ao titular da ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, nos termos da resolução específica, exceto quando houver potencial comprometimento à integridade dos titulares ou à segurança nacional, devendo, nesses casos, a comunicação atender aos prazos conferidos aos demais agentes de tratamento, conforme os termos da mencionada resolução;		
III – em relação aos prazos estabelecidos nos normativos próprios para a apresentação de		

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

informações, documentos, relatórios e registros solicitados pela ANPD a outros agentes de tratamento.		
Parágrafo único. Os prazos não especificados nesta resolução para agentes de tratamento de pequeno porte serão determinados por resoluções específicas		
TÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS		
Art. 17. A ANPD divulgará guias orientativos de aplicação da LGPD para agentes de tratamento de pequeno porte.		
Art. 18. Resoluções específicas poderão dispor sobre outras normas de tratamento simplificado a agentes de tratamento de pequeno porte.		
Art. 19. A ANPD poderá determinar ao agente de tratamento de pequeno porte o cumprimento de obrigações dispensadas ou flexibilizadas nesta Resolução, considerando as circunstâncias relevantes da situação, tais como a natureza e o volume das operações, os riscos para os titulares e a sensibilidade e a criticidade dos dados tratados.		
Parágrafo único. A decisão de que trata o caput será motivada, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.	Parágrafo único. A decisão de que trata o caput será motivada, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como será	Sugere-se a inclusão de prazo razoável de forma a agregar maior segurança jurídica à norma.

QUADRO COM AS SUGESTÕES SOBRE A MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD), PARA AGENTES DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE

Remetente: Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg

	concedido prazo razóavel para o cumprimento da obrigação.	
Art. 20. Esta resolução entra em vigor no dia 1º de XXXXX de XXXX.		